

FÓRUM SÃO PAULO 21

AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Bom dia a todos e todas!

Primeiramente, gostaria de expressar minha gratidão, em nome do Colegiado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, pelo convite para um evento com temática tão pujante quanto complexa – que é avaliar o Plano Diretor de São Paulo, a ocupação do solo e as questões climáticas, pois tudo está, de certa forma, relacionado.

No sistema de Controle Externo brasileiro exercido pelos Tribunais de Contas, como vice-presidente da Atricon, entidade que congrega estes órgãos no Brasil, tenho a honra de presidir uma Comissão que versa sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a Agenda 2030. Este é um assunto muito claro na pauta deste Fórum.

Antes de vir para o Tribunal de Contas, confesso que aprendi muita coisa sobre essas questões quando fui vereador na cidade de São Paulo por três mandatos consecutivos; nos cargos de Liderança Partidária na Câmara e Líder de Governo no Legislativo, também tive muito acréscimo de conhecimento, trocas de experiências que me fizeram aprender mais sobre a relação entre a

ocupação do espaço e a qualidade de vida dos seus moradores. Depois, quando Secretário de Relações Governamentais da Prefeitura de São Paulo, presenciei os primeiros estudos que levaram ao atual Plano Diretor da Cidade de São Paulo.

Estou citando rapidamente essas experiências para dizer que vejo a cidade de São Paulo como um laboratório de conhecimento urbano a céu aberto. A expansão desordenada da cidade, a ação predatória do mercado imobiliário, a ocupação do solo, dos córregos, fundos de vales, dos nossos rios – enfim o espaço, especialmente em São Paulo, é um aula sobre como funcionam as coisas no plano macro, na vida das pessoas, na sociedade.

Claro que não me coloco aqui na mesma condição de vários especialistas e estudiosos do tema de longa data, como o professor e ex-vereador Nabil Bonduki e diversos professores e urbanistas que participam deste evento. Sou um observador, um aprendiz, um ocupante de cargo em uma das mais importantes Cortes de Contas do país.

Aprendo, observo, escuto, troco experiências. E, ao lidar com a tarefa de fiscalizar os atos do Executivo, por exemplo, eu e os demais conselheiros do TCM de São Paulo estudamos a fundo processos que envolvem boa parte dessa temática discutida neste evento.

Sempre costumo dizer, com base em estudos e até em livros que publiquei sobre o papel do Controle Externo, que nossa tarefa principal é avaliar as boas políticas

públicas que as diversas administrações da Cidade adotam, aprovam e colocam em prática ao longo do tempo.

Entendo isso como um papel importante das Cortes de Contas. Na minha compreensão, os Tribunais de Contas precisam atuar para que o dinheiro público seja gasto em políticas públicas exitosas. Isso implica em chegar antes do desperdício dos recursos públicos. Em palavras técnicas, é valorizar mais o controle prévio e concomitante.

E a cidade e seus problemas complexos se faz presente nos processos que examinamos, estudamos e julgamos no Tribunal de Contas. Diria que, a despeito de muitos pensarem, não temos um papel de passividade no tocante às nossas atividades-fins. Como, por exemplo, na aplicação do dinheiro do Fundo Municipal de Habitação (Fundurb), na destinação do lixo, da varrição, dos cuidados com a Zeladoria da cidade, da nossa cobertura vegetal, dos mananciais e dos contratos em geral – tudo isso que se interrelaciona com os temas em discussão neste Fórum.

Temos, portanto, a oportunidade de estudar, compreender os processo de ocupação do solo, as moradias, a sua relação com a questão climática, por exemplo. E com o cotidiano da cidade, que vive dramas históricos por conta da impermeabilização excessiva das suas vias. Vemos uma espécie de esgotamento que parece nos condenar a viver uma série de tragédias, principalmente nas áreas onde vivem as populações em habitações subnormais, já sujeitas a outras categorias de vulnerabilidades sociais etc.

Não quero me alongar em considerações que, sei, serão amplamente abordadas pelos conferencistas e painelistas convidados. Quero dizer que o Tribunal de Contas – atento às demandas cidade por meio de sua Escola de Contas e do seu Observatório de Políticas, se integra a esse esforço coletivo que se inicia através deste Fórum. E, mais do que isso, dentro das suas atribuições constitucionais, o Tribunal de Contas em si acompanhará atentamente o desenrolar destes debates, pois eles serão da mais alta importância para todos que pensam uma cidade com melhor qualidade de vida para todos.

Queremos nos colocar à disposição das instituições aqui presentes para dar nossa colaboração, como estamos dando hoje com a nossa presença neste tão importante Fórum que discute o futuro da nossa cidade.

Muito obrigado a todos e todas! E excelentes debates!

JOÃO ANTONIO DA SILVA FILHO

Presidente do Tribunal de Contas do Município de SP